

XUKURU DO ORORUBÁ: FIGHT FOR THE ENVIRONMENTAL CONSERVATION
OF ITS ANCESTRAL LAND

DOI: 10.5281/zenodo.17851397

José Gustavo da Silva Melo¹

josegustavo_melo@hotmail.com

Thiago Ruiz Zimmer²

thiago.zimmer@ifg.edu.br

Leandro Carvalho Damacena Neto³

leandro.neto@ifg.edu.br

Resumo

O objetivo do estudo é analisar a construção da identidade socioecológica, por meio da conservação ambiental da terra ancestral dos Xukuru do Ororubá, no município de Pesqueira, Pernambuco, Brasil. O desenvolvimento do estudo sobre a construção da identidade socioecológica dos Xukuru do Ororubá, enquanto um dos povos originários do Brasil, permitirá que se delineiem políticas públicas que estimulem a manutenção desse grupo social nas áreas tradicionalmente ocupadas, por eles, a fim de que proporcionem a conservação ambiental participativa da educação ambiental. A metodologia se baseou numa revisão bibliográfica. Os Xukuru do Ororubá, construíram sua identidade socioecológica, por meio da sua história de lutas, resistência e fortalecimento das suas tradições culturais e ligação com sua terra ancestral.

Palavras-chaves: Povos Originários; Identidade Socioecológica; Educação Ambiental; Comunidades tradicionais.

Abstract

The objective of the study is to analyze the construction of socio-ecological identity, through the environmental conservation of the ancestral land of the Xukuru do Ororubá, in the municipality of Pesqueira, Pernambuco, Brazil. The development of the study on the construction of the socio-ecological identity of the Xukuru do Ororubá, as one of the original peoples of Brazil, will allow the design of public policies that encourage the maintenance of this social group in the areas traditionally occupied by them, in order to provide the participatory environmental conservation of environmental education. The methodology was based on a bibliographic review. The Xukuru of Ororubá built their socio-ecological identity through their history of struggles, resistance and strengthening of their cultural traditions and connection with their ancestral land.

Keywords: Original Peoples; Socioecological Identity; Environmental education; Traditional communities.

¹ Especialização em Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade do IFG/Campus Uruaçu – UAB; Mestre em Desenvolvimento Urbano (UFPE); Bacharel em Geografia (UFPE); Licenciado em Geografia (IFPE/Campus Recife) e Licenciado em Pedagogia (UNOPAR, Grupo Pitágoras).

² Docente do Curso de Especialização em Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade do IFG/Campus Uruaçu – UAB; Docente EBTT -IFG/Campus Aparecida de Goiânia; Doutor em Química Ambiental (UFG)

³ Docente do Curso de Especialização em Educação, Meio Ambiente e Sustentabilidade do IFG/Câmpus Uruaçu - UAB. Professor EBTT - IFG/Câmpus Cidade de Goiás. Doutor em História (UFG).



Ao pensar sobre os Xukuru do Ororubá⁴, se faz necessário entender o processo de formação e construção identitária deles, uma vez que no seu passado e presente de lutas sociais, pela posse das suas terras ancestrais, e da resistência à colonização europeia, imposta pelas nações deste continente, os parâmetros dessa análise proporcionam o entendimento quanto a discussão sobre a inclusão da identidade socioecológica no objeto de estudo (Xukuru do Ororubá), quanto a relação deste com meio ambiente e a sociedade urbana.

Assim, vislumbra-se que na história de lutas dos povos originários brasileiros, em especial, os pernambucanos, percebe-se que essas proporcionam um saber cultural, deixando o saber científico, para a academia e a sociedade não indígena. Tal entendimento se coaduna como o pensamento de Paulo Freire, que diferencia o cidadão campesino, no qual se inclui os Xukuru do Ororubá, dos cidadãos urbanos, visto que aqueles exigem uma educação (do campo ou ambiental) que pelo menos considere as práticas pedagógicas que valorizem os saberes apreendidos nos anos de lutas pela identidade socioecológica e pelo reconhecimento da posse da sua terra ancestral. Tal construção da problemática de pesquisa, sucinta a pergunta: Como o povo Xukuru do Ororubá, Pesqueira, Pernambuco, Brasil, constrói a identidade socioecológica, por meio da conservação ambiental, da sua comunidade tradicional⁵ na sua terra ancestral?

No que tange ao objetivo geral, este propõe, analisar a construção da identidade socioecológica, por meio da conservação ambiental da terra ancestral dos Xukuru do Ororubá, no município de Pesqueira, Pernambuco, Brasil. Para tal, utilizaremos os seguintes objetivos específicos: Compreender a história de lutas dos Xukuru do Ororubá por sua terra ancestral; avaliar a conservação ambiental praticada pelos Xukuru do Ororubá, por meio da construção da identidade socioecológica.

O desenvolvimento do estudo sobre a construção da identidade socioecológica dos Xukuru do Ororubá, enquanto um dos povos originários do Brasil, permitirá que se delineiem políticas públicas que estimulem a manutenção desse grupo social nas áreas tradicionalmente ocupadas, por eles, a fim de que proporcionem a conservação ambiental participativa da educação ambiental, além do reconhecimento da importância das comunidades tradicionais para a preservação e conservação dos recursos naturais.

Entende-se como hipótese que a conservação ambiental, promovida pelos Xukuru do Ororubá, na sua terra ancestral, promove identidade socioecológica, através da educação ambiental. Considera-se que o modo de vida dos Xukuru do Ororubá (povos originários) possibilita que esses ajam como defensores efetivos do meio ambiente, tendo a sua cultura como condutora do processo.

Portanto, a nosso ver, a pesquisa, contribui tanto na formação de conteúdo valorativo agregado à educação, gestão e conservação ambiental, bem como para a construção de conhecimento acadêmico no tocante as ciências que têm o meio ambiente e os povos originários como objeto de estudo. Logo, as teorias e os resultados discutidos e avaliados, respectivamente, no decorrer do processo de investigação científica, proporcionarão os subsídios para a contribuição (documento científico) apresentado ao final da pesquisa. metodologia, resultados e discussão, considerações finais e referências, sendo a fundamentação teórica opcional.

4 A palavra Xukuru do Ororubá, significa o respeito do indígena com a natureza, onde Uru é um pássaro que há na mata sagrada e Ubá é uma árvore sagrada (SILVA, 2022).

5 Povos Indígenas (*Indigenous peoples*) são traduzidos por povos e comunidades tradicionais, pois o termo se refere a outros povos e comunidades, além dos “indígenas” (Bizerril; Ibarra, 2019).

Com o surgimento do processo de Globalização, que tinha como objetivo homogeneizar as civilizações do mundo, colocando como base os moldes da população norte-americana, os tensores e impactos provocados, pela civilização humana, ao planeta Terra foram encarados com mais seriedade (Alves dos Santos, 2018).

Não obstante, as teorias (Categorias de análise), observadas e discutidas, como: Educação Ambiental, Gestão, Conservação Ambiental, Sujeito Socioecológico, Comunidades Tradicionais (Povos Originários do Brasil), serviram, ao longo do estudo, de base às atuais e futuras investigações acerca do arcabouço teórico e da identidade preservacionista, das populações tradicionais, na conservação dos espaços naturais e dos serviços ecossistêmicos que tal ambiente oferece.

Entendimento sobre educação ambiental

Como bem coloca Leher (2015), a intensificação do extermínio da natureza no processo de expansão da sociedade produtora de mercadorias, assim como a universalização dessa forma de sociedade e a proeminência dos movimentos sociais na América Latina, especificamente, na América do Sul, onde se localiza o Brasil, demonstra concretamente à incapacidade dos Estados Nacionais, em especial, o brasileiro, em fazer uma defesa pública das áreas naturais, assim como em manter uma unidade indissolúvel entre as lutas contra as expropriações e pela declaração de direitos, identidades e culturas pelo reconhecimento do sentimento de pertencimento, robustecido por uma atualidade crítica subsidiada pelos marxistas.

No caso brasileiro, as expectativas pedagógicas que mais cooperaram nesse processo são a pedagogia histórico-crítico e a Libertadora de Paulo Freire, pois segundo Saviani (2011) é a que destacadamente possui características potencialmente crítica transformadora, entre outras designações e proposições que transitam entre essas duas (Loureiro; Torres, 2014).

Segundo Loureiro (2014b), a justiça ambiental, diferente da finalidade do ambientalismo e da ecologia política, abandona o contemplativo idealizado, bem como o desejo de harmonia com a natureza, para ser a consolidação de relações sociais entre sujeitos libertados da natureza não redutível à precificação e à coisificação. Porém, para o pensamento crítico do autor, a luta por justiça social e superação dos contornos de dominação concebe e garante a livre efetivação das potencialidades individuais, ou seja, a constituição cultural diversificada e a não alienação, processo que possibilita as relações com a natureza, distinta das assentadas no capitalismo.

A Educação Ambiental alcança maior proeminência com a Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, Estocolmo 1972, há 47 anos, um tempo historicamente curto. Nesse período reconheceu-se a Educação Ambiental como o componente crítico para o combate à crise ambiental no mundo. Para Guimarães (2016), a fim de propiciar a ponderação, o debate e a autotransformação das pessoas e da realidade social, é imperativo que se reconheça a Educação Ambiental para a sustentabilidade equitativa como um processo de aprendizagem constante fundamentado no respeito a todas as formas de vida.

No Brasil, a Educação Ambiental vem se consolidando notadamente a partir da década de 1980. Na Constituição Federal de 1988, no Capítulo VI sobre o meio ambiente, é estabelecido como competência do poder público, a obrigação de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino” (art. 225, parágrafo. 1. Inciso VI). O interstício dado à Educação Ambiental pela Constituição Federal vem patrocinando a sua institucionalização ante a sociedade brasileira, de tal maneira, que a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) determina que este aspecto de Educação seja acatado numa diretriz para os conteúdos curriculares da Educação Fundamental (Layrargues, 2013).

[...] a educação ambiental tem um papel fundamental na percepção dos sistemas que regem o mundo, que permite novas relações e integrações entre a sociedade e o meio ambiente, promove uma relação harmoniosa, consciente do equilíbrio e dinâmica da natureza, possibilita por meio de novos conhecimentos, valores, ética e atitudes, a participação pessoal e coletiva dos educandos e educadores como cidadãos no processo de transformações sociais no atual quadro ambiental do nosso planeta. Portanto, percebe que a educação ambiental envolve conhecimentos interdisciplinares para compreensão da totalidade do ambiente, na busca de solucionar os problemas locais e globais, sendo este conhecimento indispensável na educação formal e informal da sociedade, com ênfase no ensino e aprendizagem que inclua alunos e comunidade na troca de experiências para tomada decisões diante dos problemas.

Por sua vez, a formação do saber ambiental, bom como sua constituição incide por meio da integração interdisciplinar dos saberes, científicos e culturais, logo, para entender os processos socioambientais inter-relacionados é preciso considerar as construções das comunidades tradicionais, dos habitantes das localidades, onde a área natural está, e as políticas públicas desenvolvidas para a proteção do recurso natural a ser protegido. Esse conhecimento comprehende áreas diferenciadas, que vão além dos saberes científicos promovidos pela sociedade contemporânea, baseada nas sociedades greco-romana. Por conseguinte, ao incorporar os saberes mais diversos, como tradicionais, identidades culturais, vivências e práticas, quebrando paradigmas na educação (Cezário et al., 2017).

Todavia, se temos propostas conservadoras e críticas de Educação presentes na sociedade, certamente o mesmo ocorrerá com a Educação Ambiental, como apontam os diversos cenários de lutas ambientais no Brasil, ao passo que a Educação Ambiental provoca e estimula consenso nos seus inúmeros embates socioecológicos, quanto a promoção da sustentabilidade dos recursos naturais para as futuras gerações.

Compreensão da construção do sujeito socioecológico

A expressão “sujeito ecológico” foi criada por Isabel Cristina de Moura Carvalho em 2001, na sua tese de doutorado intitulada, A invenção do sujeito ecológico: sentidos e trajetórias em educação ambiental. Conforme Carvalho (2001), o sujeito ecológico imagina um tipo ideal, que tem um conjunto de características e valores ecológicos, compondo um parâmetro guia de escolhas e estilos de vida. Para tal, as pessoas que exibem atributos do sujeito ecológico concordam com “um modo cuidadoso de se relacionar com os outros humanos e não humanos que tomam como boas, corretas, moral e esteticamente admiráveis” (Carvalho, 2013, p. 115). Assim, para a autora, esse cuidado, responsabilidade e solidariedade com o ambiente, expõe uma dimensão ecológica que pode ser admitida por indivíduos, grupos e instituições. Ela ressalta que há graduações quanto à adesão a esses valores que são congregados nas experiências concretas das pessoas.

Ante ao exposto, para Moraes et al. (2015) os temas transversais expressam conceitos e valores básicos à democracia e à cidadania e obedecem à questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea. A ética, o meio ambiente, a saúde, o trabalho e o consumo, a orientação sexual e a pluralidade cultural não são disciplinas autônomas, mas temas que permeiam todas as áreas do conhecimento, e estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano (Brasil, 2023).

Logo, o pensamento sobre sujeito socioecológico prioriza e contextualiza questões alusivas ao meio ambiente de acordo com as realidades locais e regionais. Sendo assim, pode constituir na prática socioeducativa, uma relação entre conhecimentos teóricos, sistematizados, como também questões da vida real e da sua transformação.

Os espaços do planeta sobrepujados diretamente ou impactados pela presença dos seres humanos se tornam extremamente complexos, dadas as transformações realizadas pela própria humanidade para sua sustentação e pelas especificidades culturais de seus agrupamentos (Valadares et al., 2021). Assim, ao se lançar um olhar sobre a evolução da espécie humana vê-se que suas necessidades aumentaram, exponencialmente, tendo em vista o crescimento de suas populações, proporcionando impactos ao meio ambiente, alterando intimamente a relação homem/natureza (Takuá, 2019).

Evidências científicas demonstram que virtualmente todos os cantos do planeta foram habitados, mudados e manipulados por meio da história humana, apesar de aparentemente pareçam inalterados. Portanto, muitos dos últimos resquícios do mundo natural foram habitados e assim o foram por milênios. Povos e comunidades tradicionais existem e têm direitos sobre territórios que, em muitos casos, possuem níveis extraordinários de biodiversidade. Tal variedade humana cultural é associada, numa base global, com os agrupamentos restantes da biodiversidade. Sendo assim, num cenário de apropriação predatória do espaço geográfico, tanto a multiplicidade biológica quanto a cultural estão sujeitas a exploração nociva de suas riquezas (Spamer; Silva, 2019).

Segundo Bizerril e Ibarra (2019), há, atualmente, mais de 300 milhões de pessoas pertencentes a povos e comunidades tradicionais, habitando em 75 dos 184 países do mundo, ocupando praticamente cada um dos principais biomas do planeta. Aqueles também são denominados de autóctones (natural de um lugar), minorias ou primeiras nações, a depender dos critérios de definição (Bizerril; Ibarra, 2019). Apresentam todos/parte dos seguintes critérios:

- (a) são descendentes dos primeiros habitantes de territórios que foram conquistados durante os Descobrimentos, (b) são povos dos ecossistemas, tais como agricultores, pastores, caçadores, extrativistas, pescadores e ou artesãos que adotam uma estratégia multiuso na apropriação da natureza, (c) praticam formas de produção rural de pequena escala e intensiva em trabalho, produzindo pequenos excedentes, apresentando necessidades satisfeitas com reduzida utilização de energia, (d) não dispõem instituições políticas centralizadas, organizam suas vidas a nível comunitário, tomando decisões em base de consenso, (e) compartilham língua, religião, crenças, vestimenta e outros indicadores de identificação assim como uma relação estreita com seu território. (f) apresentam uma visão de mundo específica consistindo em uma atitude de proteção e não-materialista em sua relação com a terra e os recursos naturais baseada num intercâmbio simbólico com o mundo natural, (g) são dependentes de uma sociedade e cultura hegemônicas e (h) identificam-se como povos e comunidades tradicionais (Bizerril; Ibarra, 2019, p. 30).

O Brasil, país de extensões continentais, extraordinária biodiversidade e aspectos multiculturais ímpares (únicas), onde as diferenças ou riquezas culturais constituem-se numa das suas maiores fortunas. O país foi palco de nefastas apropriações dos territórios habitados por povos, pertencentes às comunidades tradicionais. Assim, ao longo da própria história de conquistas armadas, de reduções culturais criminosas, dos povos originários do Brasil, e de sujeição de escravizados africanos, a trabalhos degradantes e forçados, bem como da chegada de tantos imigrantes, provenientes de todos os países, o Brasil, teve seu perfil cultural marcado pelas características de povos tão distintos (Moraes; Campos; Müller, 2017).

Para Moraes et al. (2015), as comunidades tradicionais têm a particularidade de serem autossuficientes, porém dependentes dos recursos nativos da terra, logo, suas áreas de vivência não podem ser tocadas ou utilizadas, fato que provoca um impacto ambiental positivo na preservação das áreas habitadas por aquelas. Tal contexto, motiva um aspecto, extremamente, conflitante com as especialidades agrárias e de experimentação científica do Brasil, argumento

Neste contexto, complexo da organização social da humanidade, os grupos minoritários, aqueles que se distinguem por serem diferentes da força hegemônica da sociedade, se regulam sobre dificuldades para a manutenção de sua cultura e de seu sustento econômica, num olhar reservado, a fim de promover o desenvolvimento numa perspectiva mais ampla (Araújo; Bridi; Motim, 2013).

Metodologia

A pesquisa realizou revisão sistemática integrativa (revisão bibliográfica) nas bases de dados entre os anos de 2008 e 2023, tendo com principais fontes de informações as plataformas de periódicos Scopus (70 artigos), Scielo (83 artigos), Portal Capes (47), totalizando 210 documentos científicos. A revisão bibliográfica é um tipo de método que permite ao pesquisador ampla descrição sobre o tema investigado, sem com isso, esgotar as fontes de conhecimento, já que sua efetivação não é perpetrada por busca e análise ordenada dos dados. Logo, sua relevância é encontrada na ágil atualização dos estudos sobre a temática (Pereira, 2018).

Após analisar os documentos científicos pesquisados, nas plataformas citadas, foram feitos descartes por duplicidade e por não haver relação com o objeto de estudo da pesquisa (identidade socioecológica). Tal procedimento resultou no acervo 72 documentos, que foram novamente avaliados, agora de acordo como a categorização temática da pesquisa, o que resultou em 58 documentos, divididos da seguintes forma: conceitos e história da identidade socioecológica (16 documentos); história de luta dos Xukuru do Ororubá (14 documentos); território dos povos originários a lei (10 documentos); Pós-colonialismo (8 documentos); Lei de demarcação das terras indígenas (5 documentos); e Educação Ambiental (5 documentos). Da totalidade desses artigos, 57,5%, aproximadamente 33 artigos, foram publicados entre 2018 e 2023 (Marconi; Lakatos, 2017). Distribuídos em periódicos de educação ambiental, geografia, história, antropologia e direito, na sua maioria com metodologia do tipo qualitativa, publicados por autores das regiões Norte, Nordeste e Sudeste do Brasil. Tendo como palavras condutoras das buscas pelos periódicos as seguintes: Socioecologia; O bem viver; Pós-colonialismo; Povos Originários; Lutas sociais dos indígenas; Terras indígenas; Educação Ambiental dos indígenas.

Todos os 58 artigos analisados na pesquisa foram baixados na sua versão integral, lidos a fim de realizar a classificação e obtenção dos dados pertinentes as categorias temáticas com vista a orientar a investigação científica sobre a identidade socioecológica dos povos originários, Xukuru do Ororubá, residentes na reserva da serra do Ororubá, localizados em Pesqueira, Pernambuco, Brasil.

No que tange aos métodos de pesquisa do estudo, optou-se pela pesquisa descritiva, devido a essa permitir, ao pesquisador, normalmente, um vasto conhecimento do objeto de estudo, isso, em decorrência dos resultados gerados por outras pesquisas (Gil, 2010).

Resultados e discussão

A área demarcada oficialmente, como reserva dos Xukuru do Ororubá, Figura 1, o povo foi dividido em três regiões socioambientais: o Agreste, a Ribeira e a Serra. A região da Ribeira é cortada pelo rio Ipojuca, devido a esse ser um rio intermitente, porém o rio só está presente no período chuvoso, sendo esse nos meses de abril a agosto, nos demais, meses do ano, resta apenas poços com água. Não obstante, para o aproveitamento das águas do Ipojuca foi construída, entre os anos de 1987 e 1988, a barragem Pão de Açúcar com capacidade para 34.230.000 m³, a maior parte encontra-se dentro do território Xukuru (Silva; Pes, 2022; APAC, 2018).

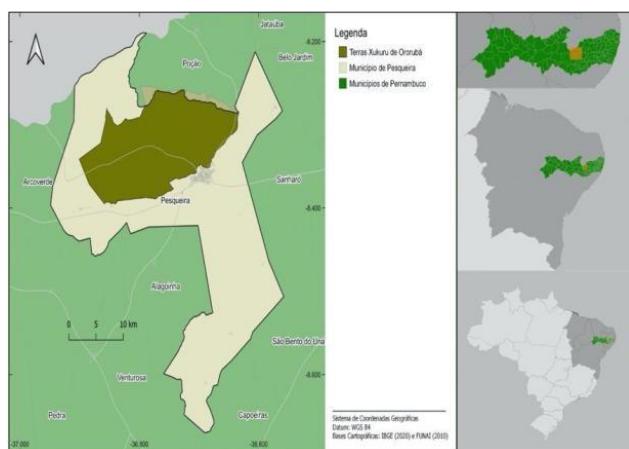


Data do século XVIII o desbravamento da região na aldeia do Ororubá, recorte espacial da pesquisa, Figura 1, onde as inserções/invasões dos portugueses localizaram os Xukuru do Ororubá, da nação dos tapuias, que viviam na extensão da serra do Ororubá ou Urubá, e os Paratiós, habitando os contrafortes da referida serra. Diante desse contato, a fim de facilitar o trabalho de catequese, os jesuítas ergueram um convento e uma capela em Ararobá, posteriormente, em 1762, a aldeia Ararobá foi transformada em vila e sede do município de Pesqueira, com a denominação de Cimbres (Distrito de Pesqueira, Pernambuco, Brasil) (Silva, 2017).

Já, em 1836, a sede foi transformada na povoação de Santa Águeda de Pesqueira, que, por sua vez, deu origem a Fazenda do Poço de Pesqueira ou do Pesqueiro, fundada pelo capitão-mor Manoel José de Siqueira, em 1800. Desse modo, em 1893, fundou-se, definitivamente, o município com o nome de Pesqueira, tendo a partir de 1898, com a acomodação das indústrias de doces, experimentado grande surto de progresso (Silva, 2017).

Os Xukuru do Ororubá, vivem no Agreste (Semiárido) pernambucano, numa região intermediária entre o litoral úmido e o Sertão, Figura 1, onde a despeito da existência de áreas úmidas montanhosas, os chamados brejos de altitudes⁶ e os de pé-de-serra, acontecem estiagens periódicas prolongadas e épocas de secas. Grande parte da população indígena concentra-se em dois brejos, o de São José e no do Ororubá (Silva, 2017). Nesse cenário, o povo Xukuru do Ororubá entende a sua história como um mundo imbuído (mergulhado) no Bem Viver, que, atualmente, seria a coexistência harmoniosa entre a natureza e os seres humanos. Na qual as saídas políticas adotadas, no presente, pelos Xukuru do Ororubá, se ampalam, na maioria das vezes, na memória afetiva de um tempo bom, hoje perdido e idealizado, ao mesmo tempo mítico e histórico (Krenak, 2020; Acosta, 2016).

Figura 1. Área de estudo, Aldeia Xukuru do Ororubá, Pesqueira, Pernambuco, Brasil.



Fonte: Elaboração dos autores.

Não obstante, Valença (2014) afirma que os movimentos sociais contrários à dominação e a opressão, em busca por recuperar sua identidade socioecológica, na perspectiva dos Xukuru do Ororubá, fizeram aflorar um sentimento de união e de luta pela terra, nas populações que habitam o campo, isso inclui os Xukuru do Ororubá. Tais ideários simbolizam o renascimento, daqueles, como seres sociais de direito e de princípios, que buscam a restauração da sua inter-relação com a terra de seus ancestrais.

⁶ Brejo de altitude, brejo interiorano ou florestas de serra, são denominações dadas pelos ambientalistas para áreas situadas no perímetro das secas, no interior da Região Nordeste do Brasil. São marcadas por um clima tropical úmido ou subúmido fresco, e até mesmo subtropical de temperaturas amenas.

Os rituais indígenas são geralmente panteístas⁷, ou seja, creem que a natureza e o divino estão integrados, dessa forma, eles, veneram os ancestrais, os elementos, as plantas, os animais e os seres mitológicos. Sendo assim, destaca-se que as crenças dos povos originários (indígenas) do Brasil são politeístas (várias entidades religiosas), ou melhor, os indígenas cultivam muitas entidades, não adoração a uma única divindade. Da mesma forma, não existem dogmas ou um conjunto de doutrinas transcritas em livros sagrados, como a Bíblia, deixam a proteção e a preservação de tais conhecimentos/saberes culturais a cargo das pajelanças.

A “pajelanca” refere-se a um conjunto de práticas e rituais e de representações da natureza e do corpo, típica das populações amazônicas, aplicada principalmente pelos pajés na cura das doenças e aflições. Habitualmente considera-se, em Antropologia, que um tal “conjunto” (de ritos e mitos) enraíza-se na cultura de cada povo. Existem, assim, tantas pajelanças quanto povos diferentes existem no Norte do Brasil, tanto nas sociedades indígenas quanto no mundo “caboclo” ou camponês. [...] Assim, uma característica geral da pajelanca está nessa flexibilidade cultural, permitindo uma importante heterogeneidade de conjuntos rituais e míticos, e uma larga distribuição em todo o espaço social. (Laveleye, 2008, p. 113).

Para tal, o autor (Valença, 2014, p. 61), subscreve,

A mística transmite uma mensagem de luta em prol da reforma agrária, da revolução social, do povo do campo, da formação político-pedagógica dos sujeitos do Movimento, sensibilizando as pessoas a se integrarem ao Movimento. As pessoas que assistem a mística participam de um processo de ensino-aprendizagem, por ela revelar o cotidiano do Movimento, o porquê de sua luta, a sua identidade sociopolítica, os líderes locais e internacionais os quais se identificam tanto no processo político quanto educacional. Classifico a mística como uma gama de saberes do Movimento que sintetiza a forma como veem o mundo e atuam nele.

A mística (crença) dos povos originários é animista, isto significa que esses acreditam na existência de um mundo sobrenatural, onde a sua inter-relação com o mundo natural se dá através dos rituais religiosos que se assemelham a construções sobrenaturais entre o real e o místico. A representação de tais atos são praticados por meio da pajelanca, que existe justamente para mediar a interação entre o mundo real e o sobrenatural, permitindo aos indígenas acreditarem em tudo que tem vida, árvores, água, as pedras, rios, e em elementos da natureza como o Sol, a Lua e as florestas (Krenak, 2020).

Por conseguinte, na Serra do Ororubá vivem os povos originários do Brasil, Xukuru do Ororubá, vivem em 24 aldeias, com uma população de 12.471, de acordo com o IBGE (2012). A terra ameríndia, homologada em 2001, ocupa uma área de 27,5 mil hectares (275 km²), onde os Xukuru do Ororubá praticam atividades agrícolas de subsistência, horticultura, fruticultura, criação de gado leiteiro, cabras e bordados tipo renascença⁸. Nesses espaços de clima ameno (Temperaturas entre 21 e 23 °C, com Chuvas abundantes e regulares, assemelhado a Primavera), com uma elevada densidade populacional, convivem atividades agropecuárias (Batista, 2018).

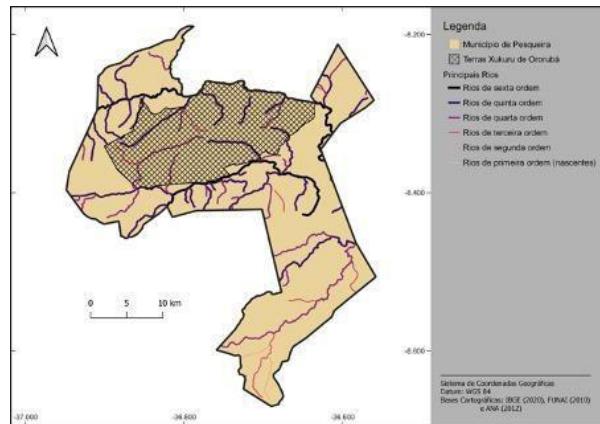
Atualmente, os Xukuru do Ororubá estão localizados no território dos povos nativos do Brasil, no município de Pesqueira, Figura 2, estando, aqueles, em 24 aldeias, divididas em três regiões geográficas: a Serra, o Agreste e a Ribeira. No que concerne à Serra, esse é o local de maior abundância de água, pois corresponde, propriamente dito, a um brejo de altitude (Silva,

⁷ O panteísmo é a crença de que absolutamente tudo e todos integram um Deus abrangente, e indissociável das coisas, ou mesmo que o Universo (ou a Natureza) e Deus são um único ser. Dessa forma, os seguidores desse pensamento, não creem num deus pessoal, antropomórfico ou criador, mas sim num Deus mítico, que é uma entidade superior a tudo e a todos.

⁸ A renascença também é conhecida como renaissance, Honiton (nome ligado à cidade inglesa importante centro de produção de renda no século XVII), branscombe, battenburg e princess (Felippi, 2021, p. 78).

2022). Já a porção que compreende ao Agreste é a região mais seca em torno da atual Aldeia Vila de Cimbres. E a área da Ribeira que se trata da região “rasgada” pelo temporário, rio Ipojuca, Figura 2, onde, também, se encontra a Barragem Pão-de- Açúcar, construída pelo Governo Estadual entre 1987/1988 (Silva, 2017).

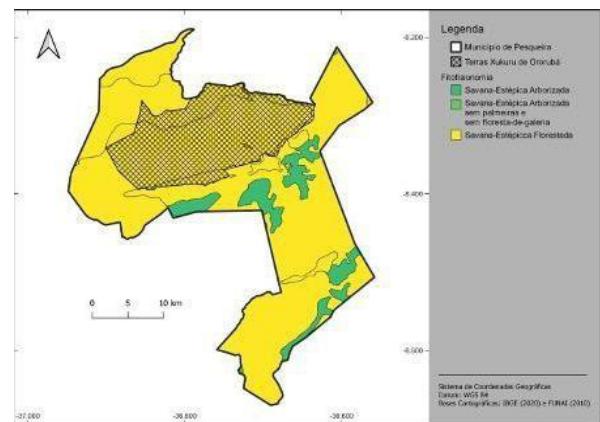
Figura 2. Hidrografia do município de Pesqueira, Pernambuco, Brasil.



Fonte: Elaboração dos autores.

Os Xukuru do Ororubá praticam a agricultura de subsistência (consumo próprio) plantando, na sua maioria, milho e feijão. Porém, na região da Serra do Ororubá, devido às características fitogeográficas (Brejo de altitude), com a vegetação sendo caracterizada por Savana-Es-tépica Arborizada e Florestada, Figura 3, aqueles cultivam verduras orgânicas comercializadas, semanalmente, nas feiras, nas cidades dos municípios de Pesqueira e Arcoverde (Silva, 2022).

Figura 3. Composição da vegetação no município de Pesqueira, Pernambuco, Brasil.



Fonte: Elaboração dos autores.

O exemplo disso são os territórios (Reservas) dos povos originários, espaço(s) reconhecido(s) pela constituição federal brasileira de 1988, como locais de forte relação ancestral entre os nativos brasileiros e o meio ambiente (ecossistema⁹). Essas reservas guardam profunda ligação com a história evolutiva das civilizações humanas que lá se instalaram depois da sua migração da Ásia para as Américas, passando antes, pelo Estreito de Bering. Tal entendimento resgata a plura-

⁹ Ecossistema é um conjunto formado pelas interações entre componentes bióticos (seres vivos: plantas, animais e bactérias) e os componentes abióticos, elementos químicos e físicos, como o ar, a água, o solo e minerais.

lidade científica, que antes se baseava apenas na medicina tradicional, dos nativos brasileiros, que tinha como intento o compartilhamento, desses saberes ancestrais, com a medicina moderna/secular. Relegando, assim, ao misticismo ou ao curandeirismo, as sabedorias propagadas pelos povos nativos, que têm espaço e importância expressiva para a população pertencente às etnias nativas do Brasil (Siqueira; Ribeiro; Antunes-Rocha, 2020).

A Vila de Cimbres, que atualmente compõe a área pertencente aos Xukuru do Ororubá, nasceu dentro dessa conjuntura de povoamento, sendo consequência, direta, de um antigo aldeamento existente na região sob o comando da ordem dos Oratorianos no Século XVII.

A antiga aldeia de Urubá, depois freguesia de Ararobá e por último, vila e termo de Cimbres, registrou dentro dos seus muros, pouco depois de 1680, a presença do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho, acompanhado de um contingente armado de cerca de 1.000 homens que se destinavam aos Quilombos dos Palmares para combater os escravos fugitivos, organizados em República havia mais ou menos 50 anos. O famoso bandeirante procedia do sertão potiguar, via Piancó, a chamado do Governador de Pernambuco Caítao de Melo e Castro, vindo da luta contra os aborígenes em revolta, para combater os pretos da Serra da Barriga também amotinados em defesa da liberdade (Maciel, 1980, p. 153).

Nesse intento, a luta do povo Xukuru do Ororubá, pela conservação ambiental das suas terras ancestrais, integra uma ampla aliança pela manutenção da vida no planeta Terra. Logo, ao pensar nos Xukuru do Ororubá, ou em qualquer outra etnia nativa do Brasil, é indispensável “beber” da fonte ancestral (passado místico e histórico dos povos originários), entretanto, isso, não constitui fazer uma leitura imaginária do passado, mas sim pensá-lo como vivência que assegura a *ininterrupta* produção do presente e do futuro. É nesse momento que a identidade socioecológica se aproxima dos Xukuru do Ororubá, enquanto pensamento de vida e prática de respeito às múltiplas culturas dos povos originários, especificamente, dos que tem na sua relação com a terra, a garantia da conservação dos ensinamentos dos seus ancestrais.

Ao fazermos uma reflexão sobre as peculiaridades das práticas ambientais e socioecológicas, dos Xukuru do Ororubá, por meio da cosmovisão¹⁰ ancestral dos povos originários, vislumbra a interdependência e interconexão entre os seres que integram o cosmo, a compreensão do imbricamento entre a socioecologia e a conservação ambiental, perfaz uma estrutura teórico-prática que contribui para a compreensão do potencial, que se baseia na preservação ambiental, do respeito às tradições, bem como do desenvolvimento econômico, que pode proporcionar a humanização das práticas consumistas promovidas pelos povos não originários.

A crença na natureza sagrada é uma das características mais importantes que define a identidade étnica e socioecológica do povo indígena, especialmente, a etnia Xukuru do Ororubá, devido a seu passado de lutas e de resgate das terras expropriadas durante o expurgo¹¹ colonizatório, que foi o período colonial português e imperial brasileiro, primeiro e segundo reinados, discutidos no tópico anterior. Não obstante, são nos terreiros sagrados, disseminados no território Xukuru, que os rituais religiosos são realizados e estabelecem o espaço de contato com os

¹⁰ Cosmovisão (ou visão de mundo) é a maneira subjetiva de ver e entender o mundo, especialmente, as relações humanas e os papéis dos indivíduos e o seu próprio na sociedade, assim como as respostas a questões filosóficas básicas, como a finalidade da existência humana, a existência de vida após a morte. (SIRE, 2012).

¹¹ Expurgo ou purga é o processo de expurgar, expelir, expulsar, exilar ou eliminar algo, no sentido de desfazer-se de um problema e colocar para fora um objeto com conotação negativa.

caboclos e encantados¹². Nesse contexto, o Toré¹³, ritual sagrado, se sobressai nessa conjuntura como a principal manifestação do sistema cosmológico¹⁴ Xukuru (Silva, 2022; Oliveira, 2018).

Enquanto manifestação comum, entre os povos originários do Brasil da região nordeste do Brasil, o Toré tem inúmeras categorizações e definições. Entre o povo Xukuru, não se pode indicar precisamente o período em que se iniciou o citado ritual sagrado, enquanto manifestação indicatória da identidade socioecológica daquele povo indígena (Silva, 2022). No entanto, o que pode ser evidenciado é que, no que tange aos viajantes e pesquisadores, que estiveram na Vila de Cimbres, do início do século XX até os dias atuais, fazem alusão à “dança do Toré” como sendo essa resgatada por descendentes dos povos originários do Brasil, durante as comemorações na citada Vila. Por sua vez, o sentido do Toré para os Xukuru é polissêmico, ou seja, tem mais de um significado, em algumas ocasiões, é um ritual; em outras, uma brincadeira, ou pode ser ainda, uma dança que unifica o ritual (Takuá, 2019).

Apesar disso, mesmo invisíveis aos olhos da sociedade nordestina e, por conseguinte, brasileira, desde o final do século XIX, a etnia Xukuru do Ororubá, construíram sua identidade socioecológica, por meio da sua história de lutas, resistência e fortalecimento das suas tradições culturais e ligação com sua terra/território ancestral, através das mobilizações sociais¹⁵, a partir do início do século XX, a fim de obter o reconhecimento de seus direitos como comunidade tradicional.

Passado e Presente de lutas pela conservação ambiental da terra Xukuru do Ororubá

No ano de 1954 foi abrigado na Serra do Ororubá um Posto do Serviço de Proteção ao Indígena - SPI. A referida edificação foi uma conquista dos Xukurus, a fim de ter maior proximidade com a autarquia federal responsável por sua proteção e garantia dos seus direitos como comunidade tradicional, no entanto, o atendimento de tal pleito não resolveu os conflitos com os fazendeiros, invasores nas terras dos povos originários do Brasil (Valadares et al., 2021). Isso devido a política permissiva ou a falta dela, no que concerne ao órgão indigenista oficial para o Nordeste está baseada no “antigo” discurso da falta de comprovação documental/jurídica de territórios dos povos originários do Brasil, sendo, posteriormente, compensada pela diminuição de áreas almejadas ou a aquisição de pequenas porções de terras. Ou seja, a política do Serviço de Proteção ao Indígena, para os Xukuru, no que tange a restituição das suas terras ancestrais, foi impor a esses um modelo de insularização¹⁶ o que na prática confinou as populações dos povos originários do Brasil, em “ilhas” geridas pelo SPI, a forma torpe do Estado Brasileiro de tutelar as terras dos Xukuru do Ororubá, essas rodeadas por não integrantes dos povos originários do Brasil. (Silva. 2017).

12 Encantados, entidades que nunca tiveram forma humana, mas já habitaram a Terra como animais ou plantas e encantaram-se antes ou depois que morreram pois não queriam perder essa conexão com a natureza; Seres que já foram humanos e de repente sumiram da presença de todos. (Silva, 2017).

13 O Toré é uma dança ritual realizada por diversos povos indígenas, inclusive os tradicionais da bacia hidrográfica do rio São Francisco. É considerado o símbolo maior de resistência e união entre esses povos e uma das principais tradições dos povos originários do Brasil do Nordeste brasileiro e de Minas Gerais. (Takuá, 2019).

14 A Cosmologia é a Ciência que estuda o Universo na sua origem, estrutura, evolução e composição. A Cosmologia é estudada desde muito tempo como um esforço humano para tentar entender o Universo nas suas questões de base. (Wuensche, 2017).

15 As mobilizações ocorreram a partir do Século XX, entretanto, durante todo o período colonial e imperial, os povos originários do Brasil interagiram e reagiram à colonização portuguesa e ao Estado brasileiro, seja, por meio de fugas para os sertões, de invasões as vilas, ou de alianças estabelecidas dentro e fora dos aldeamentos. As ações e reações também ocorreram quanto ao Diretório Pombalino e a Lei de Terras (Cunha, 2009; Dantas; Sampaio; Carvalho, 2009).

16 Que não consegue se comunicar da terra para outros locais, possui ou se assemelha a ilhas.



Com o intento de serem reconhecidos como povo originário, habitante das terras da Serra do Ororubá, a partir de 1990, os Xukuru passaram a se autodeclararem Xukuru do Ororubá. Assegurando assim, sua identidade socioecológica com a terra que tanto lutaram para manter, no decorrer da sua história, do período colonial, até os dias atuais. Aquela denominação foi escolhida para garantir que os Xukuru do Ororubá não seriam confundidos pelos não integrantes dos povos originários do Brasil (sociedade em geral – descendentes dos colonizadores europeus) com outra etnia, como os Xukuru-Kariri na sua maioria habitantes do Município de Palmeira dos Índios, Alagoas, Nordeste, Brasil (Siqueira; Ribeiro; Antunes-Rocha, 2020).

Em fins dos anos 1980, após a participação na campanha da Assembleia Nacional Constituinte, com o desempenho preponderante do Cacique Xukuru do Ororubá “Xicão” (Francisco de Assis Araújo), os Xukuru do Ororubá voltam a mobilização por seus direitos. Desta vez, impulsionados pelas conquistas na Constituição Federal do Brasil de 1988 (CF88), contando com a adesão de outros povos originários do Brasil no Nordeste e de setores da sociedade civil (Conselho Indigenista Missionário – CIMI). É nesse cenário de efervescência sociopolítica que os Xukuru começam a retomada de seu território tradicional, voltando e reocupando áreas de várias fazendas até então nas mãos de posseiros (invasores de terra) (Araújo; Ordônio, 2011).

Compreender as definições narradas sobre o meio ambiente, pelos Xukuru do Ororubá, é apreender a “história de experiências” desse povo. Ou melhor, é um debruçar acerca dessas narrativas, que consente o entendimento de como pessoas ou grupos elaboraram e realizaram experimentos, conhecimentos, socioecológicos durante seu percurso histórico-geográfico. Essas vivências foram e são experiências profundamente vividas. Visto que as histórias do povo Xukuru do Ororubá nos auxiliam ainda a “entender como pessoas e grupos experimentaram o passado e torna possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas” (Alberti, 2004, p. 25-26).

De acordo com Valença (2014, p. 34),

[...] um aspecto fundamental é a intraduzibilidade. [...] perigoso afirmarmos que podemos traduzir tudo, pois aí baseamo-nos numa ótica da dominação, do padrão hegemônico considerado universal. No processo de interação há muitos significados que não são possíveis de ser traduzidos, devemos assumir nossas [...].

Diante do exposto, ao analisar os relatos Xukuru do Ororubá, é possível afirmar, como escreveu Michael Pollak quando debateu sobre memória e identidade social, que entre os citados povos originários do Brasil “é perfeitamente possível que por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado” (Pollak, 1992, p. 2).

Portanto, a história dos Xukuru do Ororubá está permeado por lutas pela terra e a ligação indissociada dos Xukuru do Ororubá com o meio ambiente, uma vez que a identidade, desse povo, se confunde com a proteção ao meio ambiente (ecologia), criando uma configuração de sujeito, agora atrelado à identidade socioecológica. Essa sendo tão forte, que se pode falar numa memória quase herdada, como uma herança cultural, que transmite o sentido de pertencimento da etnia Xukuru do Ororubá, com as serras, os brejos, a vegetação, o clima, as práticas de subsistência, enfim, a nacionalidade que permite o reconhecimento dos integrantes dos povos originários.

Considerações Finais

No processo de análise dos conceitos e argumentos trabalhados na pesquisa tem-se como resultados alcançados, a construção de uma abordagem que possibilitem identificar as contribuições dos Xukuru do Ororubá para compreensão dos impactos ecológicos, positivos, na sua Terra indígena, no município de Pesqueira, estado de Pernambuco, visto que é essencial



A importância dos povos e comunidades tradicionais, que tem nos povos originários do Brasil, seus maiores representantes, se traduz no aspecto sociocultural e histórico que possuem, ante aos aspectos locais, conhecimento e práticas culturais preciosas, que são empregadas, por aqueles, ao longo dos séculos da sua existência como grupo humano construtor de sabedoria.

A fim de contrapor os argumentos discriminatórios, perpetrados pelos povos não-originares do Brasil, cabe pontuar que os povos originários do Brasil possuem a “chave” (sabedoria) de uma conservação socioecológica bem-sucedida, em muitas das áreas (biológica, humana, ambiental e social), pois se utiliza de suas experiências ancestrais para conviver harmonicamente com o meio ambiente, coletando e caçando alimentos que consumirá durante os dias e semanas, subsistindo assim, da dos recursos naturais que retira da floresta.

A investigação científica conduziu à compreensão dos tensores ambientais impactantes (expansão urbana, especulação imobiliária, poluição atmosférica, falta de saneamento ambiental, apropriação cultural e perseguição aos povos originários), na área de estudo, que podem auxiliar no estabelecimento de ações, que resultem na conservação, no manejo e na restauração ambiental, principalmente das Áreas de Preservação Permanente e Reservas, com presença de comunidades tradicionais e dos povos originários do Brasil.

Contudo, no aspecto humano da pesquisa, percebe-se que ao se fazer uma relação entre a qualidade de vida e os apegos materiais, remete a questões de como a espiritualidade, a natureza, os modos de vida e o consumo, a política, a ética se inter-relacionam com a simplicidade promovida pela vida pautada no respeito e conservação dos recursos naturais e das tradições dos povos originários, entende-se a urgências no amadurecimento do diálogo sobre o tema Bem Viver (vivência) dos Xukuru do Ororubá, pois ao pensar naquele como uma proposta alternativa para o desenvolvimento sustentável, verifica-se, a nosso ver, que se pressupõe a inseparabilidade entre sociedade e natureza não sendo uma abstração possível, visto que ambos estão ligados por um elo comum, o homem.

Referências

ACOSTA, A. **O bem viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.

ALBERTI, V. **Ouvir contar:** textos em História Oral. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

ALVES DOS SANTOS, S. **As Unidades de Conservação no Cerrado Frente ao Processo de Conversão.** 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais – IEsa, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2018. 105p.

APAC. AGÊNCIA PERNAMBUCANA DE ÁGUAS E CLIMA. **Monitoramento hidrológico.** 2018. Disponível em: <<http://www.apac.pe.gov.br/monitoramento/>>. Acesso em: 08 mar. 2024.

ARAÚJO, S. M.; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. **Sociologia:** um olhar crítico. São Paulo: Contexto, 2013.

ARAÚJO, A. L. de O.; ORDÔNIO, I. N. Feira Xukuru do Ororubá: conquistas em torno de uma experiência de comercialização de alimentos de base ecológica. In: **Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia.** Fortaleza/CE, 12 a 16/12/2011, p. 1-5.

BIZERRIL, G. R.; IBARRA, E. del S. R. Eventos acadêmicos indígenas na UnB sob a perspectiva da interculturalidade crítica. Dossiê Saberes transformativos em prática na academia. **Interethnic@**. Revista de Estudos em Relações Interétnicas. Brasília, v. 22 n. 1, p. 26-45. 2019.

BRASIL. **Temas contemporâneos transversais na BNCC**. 2023. Disponível em:http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/guia_pratico_temas_contemporaneos.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

CARVALHO, I. C. de M. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades na escola. In: PERNAMBUCO, Marta; PAIVA, Irene. (Orgs.). **Práticas coletivas na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

CARVALHO, I. C. de M. Qual educação ambiental? Elementos para um debate sobre educação ambiental e extensão rural. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.** Porto Alegre, v.2, n.2, p. 43-51, 2001.

CEZÁRIO, A. R. V.; CARVALHO; A. N. DE; MELO, M. D. B. DE; AGUIAR, J. HO. DE; SILVA, E. V. DA. Considerações sobre Educação Ambiental formal e informal. 7- 13pp. In: SILVA, E. V. da; CARVALHO, R. G. de (Coord.). **Ecopedagogia na educação formal e informal**. In: Victória o Nascimento Viana; Wellington Romão Oliveira; Aline Neris de Carvalho Maciel Edson Vicente da Silva. (Org.). Educação ambiental formal e informal. Mossoró – RN, Edições UERN, 2017. 157p. ISBN: 978-85-7621-155-6

CUNHA, M. C. da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

DANTAS, B. G.; SAMPAIO, J. A. L.; CARVALHO, M. do R. G. de. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

FELIPPI, V. **Decifrando rendas**: processos, técnicas e história. 1. Ed. Porto Alegre: Ed da Autora, 2021

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 9^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, M. **Os caminhos da Educação Ambiental**: da forma a ação. Campinas: Papirus, 2016.

KRENAK, A. A origem do bem viver. In: KRENAK, Ailton; MAIA, Bruno (org.). **Caminhos para a Cultura do Bem Viver**. Sl: Cultura do Bem Viver, 2020a. Disponível em: <https://cdn.biodiversidadla.org/content/download/172583/1270064/file/Caminhos%20para%20a%20cultura%20do%20Bem%20Viver.pdf> . Acesso em: 12 jun. 2024.

LAYRARGUES, P. P. “Para onde vai a educação ambiental? O cenário político- ideológico da educação ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica”. In: **Revista Contemporânea de Educação**. n. 14. agosto/dezembro de 2013.

LEHER, R. Educação ambiental como crítica ao desenvolvimento sustentável: desafios dos movimentos e das lutas sociais. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. e LAMOSA, Rodrigo. (Orgs.). **Educação ambiental no contexto escolar**: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Quartet; CNPq, 2015.

LOUREIRO, C. F. B. Materialismo histórico-dialético e a pesquisa em educação ambiental. **Revista Pesquisa em Educação Ambiental**, São Carlos, v. 9, n. 1, pp. 53- 68, 2014b.

LOUREIRO, C. F. B. e TORRES, J. R. (orgs.). **Educação ambiental:** dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014.

LAVELEYE, D. Distribuição e heterogeneidade no complexo cultural da “pajelança”. in: **Pajelanças e Religiões Africanas na Amazônia**. Editado por R. H. Maués; G. M. Villacorta, p. 113-120, Belém: Edufpa, 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. Editora Atlas. 9^a edição. 2017.

MORAES, N. R.; BRAGA, G. de S.; LIMA, A. R. de; SILVA, M. L. da; ALVES, P. K. F.; BRUMATTI, L. M. O desafio do desenvolvimento nas comunidades tradicionais brasileiras: análise da delimitação conceitual. **Anais do Congresso Nacional de Pesquisadores em Economia Solidária – CONPES**. São Carlos/SP: UFSCar, 2015.

MORAES, N. R.; CAMPOS, A. de C.; MÜLLER, N. M. de. As comunidades tradicionais e a discussão sobre o conceito de território. **Revista ESPACIOS**. [s.l.], v. 38, n. 12, p. 17 -25. 2017.

PEREIRA, J. M. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Editora DOWBIS. 1^a Edição. 2018.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011. 137 p.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Encantamento**: Sobre Política de Vida. Mórula Editorial, Rio de Janeiro, 2020.

SIMAS, L. A.; RUFINO, L. **Fogo no mato**: a ciência encantada das macumbas. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SILVA, E H. **Xukuru**: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/ PE), 1950-1988. 2^a. ed. Recife, EDUFPE, 2017.

SILVA, E.; PES, I. Povo Indígena Xukuru do Ororubá: uma história de mobilizações por afirmação de direitos. **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, V. 13, N. 01, 2022, p.395-423. DOI: 10.1590/2179-8966/2022/65122

SIQUEIRA, L.; RIBEIRO, L.; ANTUNES-ROCHA, M. I. Agroecologia como paradigma. Cadernos de Agroecologia. ISSN 2236-7934. **Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia**, São Cristóvão, Sergipe, v. 15, no 2, 2020.

SPAMER, H.; SILVA, A. T. R. da. Povos e comunidades tradicionais em Unidades de Conservação: Conflitos socioambientais e luta por identidade e território. **Revista de Estudos em Relações Interétnicas**, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 59–85, 2019. DOI: 10.26512/interethnica.v22i1.17157. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/interethnica/article/view>. Acesso em: 25 jun. 2024.

VALADARES, S. M. V. S.; CARVALHO, M. C. V. B. DE; COSTA, C. M. M. F. DA; ASSIS, C. N. DE; AROUCK, O. (Org.). Diversidade indígena: povos originários. Biblioteca Senado Federal. Brasília. **Boletim de bibliografias selecionadas**, v. 6. 2021. 13 p.

VALENÇA, M. M. ECOLOGIA DE SABERES E JUSTIÇA COGNITIVA. O movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) e a universidade pública brasileira: um caso de tradução?. 2014. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Programa em Pós-colonialismos e Cidadania Global. Portugal. 2014. 311f.

TAKUÁ, C. Teko Porã. O sistema milenar educativo de equilíbrio. São Paulo: Rebento. n. 9, p. 5-8, dez. 2018.

TAPAJÓS, Sales. **Direitos indígenas e poder judiciário:** o caso da terra indígena Maró. Curitiba: Juruá, 2019. 179 p. 341.3451 T172 DIPJ 2019

WUENSCHE, C. A. **Cosmologia.** INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Divisão de Astrofísica. 2017. 52p.